



INSTITUTO DE HUMANIDADES  
BACHARELADO EM HUMANIDADES

GINELSA NELSON VIEIRA TÉ

**LUGAR DA MULHER É ONDE ELA QUIZER:  
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA EM PERSPECTIVA  
COMPARADA GUINÉ-BISSAU E CABO- VERDE (1991-2018)**

ACARAPE - CE

2018

GINELSA NELSON VIEIRA TÉ

**LUGAR DA MULHER É ONDE ELA QUISER:  
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA EM PERSPECTIVA  
COMPARADA GUINÉ-BISSAU E CABO- VERDE (1991-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE - CE

2018

## LISTA DE SIGLAS

AMEPCV	Associação Cabo-Verdiana de Mulheres Juristas
ANP	Assembleia Nacional Popular
CADHP-PM	Protocolo sobre Direitos da Mulher, da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos
CEDCM	Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres
CPLP	Comunidades dos Países da Língua Portuguesa
IMC	Instituto de Mulher e Criança
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
MOE-EU	Missão de Observação Eleitoral da União Europeia
MORABI	Associação de Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento
MPD	Movimento para a Democracia
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo-Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo-Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
REDEMEC	Rede de Mulheres Economistas
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau - Movimento Bafatá
RMOEUE	Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia
RMP-CV	Rede das Mulheres Parlamentares Cabo-Verde
UDEMU	União Democrata das Mulheres
UPG	União Patriota Guineense

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>7</b>
<b>3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>4 OBJETIVOS</b> .....	<b>12</b>
4.1 OBJETIVO GERAL .....	12
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
<b>5 HIPÓTESES</b> .....	<b>13</b>
<b>6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO DO GÊNERO EM GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE .....	14
6.2 ESPAÇO DAS MULHERES NA SOCIEDADE GUINEENSE E CABO-VERDIANA..	19
6.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA ATIVA E NOS MERCADOS DE TRABALHO FORMAL EM GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE.....	23
6.4 MULHERES ACADÊMICAS: UMA AMEAÇA PARA OS HOMENS EM GUINÉ- BISSAU E CABO-VERDE? .....	29
<b>7 METODOLOGIA</b> .....	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>34</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Neste projeto, pretendemos fazer uma abordagem sobre a participação das mulheres na política, tendo em conta o espaço do mercado do trabalho formal na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, com o propósito de analisar e compreender as dinâmicas, lutas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres na sociedade guineense e cabo-verdiana, principalmente no campo das políticas e dos trabalhos formais.

Diante disso, vimos que as mulheres em Guiné-Bissau e Cabo-Verde representam uma percentagem insignificante no cenário político e muito menos ainda nas tomadas das decisões ou deliberações de um dado assunto, tanto a nível macro e quanto a nível micro nas duas sociedades em análise. Na sociedade africana, em especial as de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, ainda existem pessoas com a concepção de que as mulheres não deveriam fazer parte de uma gestão sociopolítica por causa das características discriminatórias que foram construídas ao longo dos tempos, como traidoras, inúteis, ignorantes e incapazes de serem tidas como referências locais, regionais e internacionais.

As mulheres ainda são discriminadas, vistas como o sexo frágil, como menos inteligentes e profissionais, como se tivessem sido feitas para serem submissas, donas de casa, empregadas domésticas, cozinheiras, passadeiras. Até o momento, na análise histórica desenvolvida, verifiquei que o problema está enraizado em nossa sociedade e, para superá-lo, é preciso trabalhar com políticas públicas de valorização, educação e conscientização, pois, apesar de todas as conquistas adquiridas no século XX, e mesmo as mulheres sendo consideradas uma das maiores revoluções culturais do período, isso ainda não é suficiente, os quadros de violência continuam se repetindo. (FAGANELLO, 2009, p. 2546)

Quanto ao passado histórico, os dois países tinham privilégio de usufruir de um único partido que tentava a construção de um Estado bi-nacional, o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), que desencadeou a luta de libertação nacional para independência dos dois países. O intelectual e membro fundador desse partido, Amílcar Cabral, sempre deu valor às mulheres. Segundo ele, “a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (GOMES, 2016, p. 79), portanto, isso mostra que as mulheres não deveriam ser subjugadas e desrespeitadas como estão sendo hoje nesses dois países.

De forma específica, aquelas pessoas que hoje estão desvalorizando o papel das mulheres na sociedade guineense e cabo-verdiana, talvez não tinham lido ou escutado algumas narrativas sobre o papel que as mulheres desempenharam na luta armada contra o regime colonial português em prol da liberdade do povo guineense e cabo-verdiano. Após a luta de

libertação, as mulheres passaram a ser desvalorizadas no campo político e social pelo regime autoritário do partido único que assumiu o controle da Administração Pública dos dois países, principalmente depois do Golpe de 1980, na Guiné-Bissau, que derrubou o regime de Luís Cabral em 1980. Essa subjugação em relação à participação feminina na política continua mesmo após abertura do regime político nos dois países até nos dias atuais, o que será foco no nosso trabalho em análise comparativa.

Uma forma de aprender sobre as causas da sub-representação das mulheres na política é focar nos casos de sucesso: nas mulheres que, sem contar com a herança de capital político masculino, foram capazes de ingressar no mundo da política e alcançar posições de liderança. Nesse processo, elas desafiam o sistema, exploram suas contradições, forçam seus limites e apontam caminhos para um sistema mais inclusivo.

## 2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deve-se ao contexto histórico, político e social acerca das pequenas produções acadêmicas e debates sociais sobre a igualdade de gênero na política, no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, se comparamos com outros países como Brasil, França, Nigéria e África do Sul, por exemplo.

Com isso, pretendemos traçar uma análise comparativa com o intuito de compreender a participação política e no mercado de trabalho na Guiné-Bissau e Cabo-Verde de 1991 a 2018, a fim de mapear as lutas em defesa das mulheres na sociedade guineense e cabo-verdiana partindo dos períodos acima citados.

A importância do estudo se dá devido à contextualização histórica na qual as mulheres nesses dois países tinham papel fundamental no período da luta de libertação nacional antes das independências dos dois países, o que se perdeu após a independência e, principalmente, após a abertura política para democracia nesses países. Entendemos, também, que se quisermos que as “mulheres” tenham pautas relacionadas aos direitos femininos apresentados e apreciados tanto no Poder Legislativo quanto Executivo devemos ocupar esse espaço político; pois os mecanismos institucionais para incentivar a participação das mulheres na política, como a Lei de Cotas e a obrigatoriedade de aplicar recursos partidários na promoção da participação feminina, são discussão incipiente ainda em Guiné-Bissau.

A autorrepresentação das mulheres na política é fundamental, tanto para que atuem como protagonistas de suas próprias lutas, quanto para, de fato, equilibrar os espaços e as relações de poder.

As explicações para a sub-representação variam desde o baixo, pouco espaço nas instâncias partidárias até a resistência para a eleição de uma mulher para cargos eletivos. Isso tudo aponta para a persistência da dificuldade do sucesso eleitoral das candidaturas femininas. É necessária a implementação de reformas institucionais que garantam a efetividade da representação das mulheres, para isso, entendemos que nós, mulheres, devemos seguir na busca por ocupar esses espaços que nos faltam, que são nosso direito e deixar de vez os bastidores da vida política.

Do ponto de vista social, em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, sobretudo no ano de 1994 a 2014, pode-se verificar a aderência massiva das mulheres nas políticas e nos mercados de trabalhos se comparamos com anos anterior; portanto, apesar de nossas participações não atingirem o número significativo que sempre almejamos ter, servem como o alicerce para muitas

mulheres que pretendem ser funcionárias de um local de serviço formal nesses dois países. Também, o exemplo das mulheres que trilharam as barreiras da discriminação, violência e humilhação servirá como motivação para a nova geração que teve o sonho de trabalhar e contribuir para a construção de um mundo novo, onde impera a liberdade e o respeito à diferença racial, gênero, classe e religião.

Do ponto de vista acadêmico, pretendemos realizar um trabalho mais aprofundado acerca do objeto em análise com base nas principais referências e teóricos sociais que já debruçaram sobre o tema do gênero, discriminação das mulheres nos mercados formais do trabalho, violência doméstica e outros, para que possamos ter um trabalho bem elaborado e fundamentado com base nas principais metodologias das Ciências Sociais e Humanas.

Por fim, pretendemos dar ao público acadêmico e social um trabalho significativo com um olhar singular sobre abordagem do gênero na política e nos mercados de trabalho formal na Guiné-Bissau e Cabo-Verde.



### 3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

No presente projeto, pretende-se analisar a participação das mulheres na política, a partir de 1991-2018, na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, tendo como o ponto de partida 1991, porque foi o ano da abertura democrática nos países acima referidos.

A escolha desse período deve-se ao contexto histórico, político e social nos dois países, por essa razão acreditamos que é importante trazer essa abordagem que é pouco discutida e difundida na academia, sobretudo no contexto atual.

Por outro lado, o propósito de comparar os dois países baseia-se na questão de terem o mesmo líder que lutou pelas suas independências e por ele ter discutido a questão de gênero no processo histórico da luta pela independência.

O nosso trabalho tem como objeto de estudo as mulheres na política: um estudo em perspectiva comparada Guiné-Bissau e Cabo-Verde (1991-2018), tendo como principal foco de análise a questão do gênero, com intuito de compreender como as mulheres são tratadas no campo da política.

Será que as mulheres não têm a capacidade de assumir o cargo de presidência da república nesses países? No entanto, analisar esse fenômeno requer a compreensão histórica entre os gêneros nos países em tela. Na sociedade guineense, os homens são considerados os “mandantes”, quer dizer, aqueles que devem ser ouvidos em casa, na família e nas comunidades.

Portanto, essa forma da organização e estruturação da sociedade atribui aos homens maior responsabilidade em detrimento das mulheres, uma vez que estas são educadas para obedecer aos maridos. Por outro lado, ao analisar a questão, percebe-se a naturalização e a reprodução das desigualdades entre os gêneros, de modo que as mulheres são silenciadas ao longo do processo histórico nesse país. Até hoje essa prática é vista como uma coisa normal: o silêncio feminino.

Também, ao longo dessa análise sobre Cabo-Verde, vimos uma semelhança com Guiné-Bissau quando se trata da questão dos gêneros. Nesse país, as meninas, desde crianças, são educadas para servirem aos maridos futuramente, cuidar da casa e dos seus filhos. Portanto, isso demonstra uma divisão social do trabalho, pois as mulheres são direcionadas desde a infância a aprender os trabalhos domésticos e serem inferiores aos homens.

Muitas vezes, em casa, as nossas mães costumam nos dizer que “*cuzinha ki mindjer*”, na sociedade guineense, que significa em português “cozinhar lhe torna mulher”, ou seja, uma mulher tem de saber cozinhar, para que possa ser respeitada pelo seu marido e sociedade em geral. “O respeito e a admiração em relação às mulheres estão sempre relacionadas com as suas

características e capacidades como esposa ou mãe, ou ainda a forma como trata os hóspedes ou vizinhos” (ROQUE, 2011, p. 31). Partindo dessa perspectiva, a pergunta que se faz é: Será que o papel das mulheres é somente cuidar das casas e servirem aos maridos? Essa ideia, vindo desde a colonização através dos colonizadores que implementaram uma cultura patriarcal e machista, será é o motivo do desinteresse das mulheres pela política?

Escolhemos fazer estudo em comparação entre os dois países partindo dos seus passados histórico da libertação nacional e cujo o principal precursor dessa união Amílcar Lopes Cabral que também foi um dos principais fundador e líder do Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC).

“No seu Programa de Ação, o PAIGC estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres. [...] os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas” (GOMES, 2016, p. 73). Sendo assim, por que essa igualmente não continuou após a independência? Por outro lado, percebemos que esse pensamento ficou escrito só no papel, porque, depois da luta libertação, tudo que era desenvolvido contrapõe a ideia e o pensamento de Amílcar Cabral.

Com base nas nossas leituras, reconhecemos muitas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em Guiné-Bissau e Cabo-Verde na busca pela igualdade social entre os gêneros e a valorização de ambos na política e no mercado de trabalho, por que todos são providos de inteligência e capacidade de produzir ou trabalhar para o bem-estar social da humanidade. Então por que os homens das sociedades referidas não incentivam as feministas ou as futuras feministas desses países?

Hoje em dia, vimos que essa barreira está sendo quebrada aos poucos, devido às lutas que vem sendo desencadeadas pelas mulheres em parceria com algumas instituições públicas e privadas. Com base nisso, podemos indagar se esses dois países já apresentam resultados satisfatório sobre equidade de gênero, principalmente na política, pois entendemos que lutar é resistir, transformar e conquistar aquilo que é seu.

Muitas vezes, os homens dizem que as mulheres estão lutando pela igualdade de gênero, mas isso é impossível, porque as mulheres não podem fazer as tarefas que eles fazem. Mas, então, será que as mulheres estão a lutar para trocar papel com os homens? É importante lembrar que a igualdade de gênero está escrita na Carta da Convenção dos Direitos Humanos e na Declaração Mundial dos Direitos Humanos, nos níveis local, regional e global. Para melhor chegar à solução desse problema, portanto, é preciso que essa questão seja muito discutida nesses países, para que possa ser desconstruída a discriminação contra as mulheres na

sociedade guineense e cabo-verdiana. Caso contrário, aumentará o número de homens machistas.

Nesse caso, tratou-se de uma dupla colonização das mulheres, seja através das estruturas coloniais de opressão, seja por meio das estruturas patriarcais opressivas, que, na visão de Amílcar Cabral, significava uma profunda necessidade de repensar as estruturas sociais, as relações de gênero e as relações étnicas na Guiné-Bissau. (FIGUEIREDO; GOMES, 2016, p. 910)

Nesse sentido, podemos indagar: o que deve ser feito na educação de base familiar para mudar o atual contexto? Não é que, no passado, não tenha sido bom, mas é que tal contexto faz a mulher se limitar muito em conhecer ou saber fazer outros trabalhos que ela tem a capacidade de realizar. Assim, optamos por falar dessa questão baseando-nos nas lutas que as nossas mães fazem todos dias para manter o sustendo da casa, mesmo assim, elas são desvalorizadas, por isso estamos engajadas em discutir essa questão: pelo bem desses dois países que têm quase a mesma história nos processos da luta para as suas independências.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar e compreender a participação das mulheres na política em perspectiva comparada: Guiné-Bissau e Cabo Verde (1994-2014).

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar as lutas desencadeadas pelos diferentes segmentos femininos em prol da equidade de gênero na Guiné-Bissau;
- Compreender as lutas desencadeadas pelos movimentos feministas cabo-verdianos em defesa da valorização das mulheres no campo da política.
- Compreender as principais causas das violências domésticas contra as mulheres nos dois países em análise.

## 5 HIPÓTESES

- H<sup>1</sup> - As discriminações sociais entre os gêneros constituem os principais entraves para as mulheres na política em Guiné-Bissau;
- H<sup>2</sup> - Em Cabo-Verde, pode-se verificar um número crescente de mulheres nas políticas por causa das lutas pela igualdade de gênero;
- H<sup>3</sup> - A hierarquização social em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, com atribuição do poder ao homem, constitui-se numa cultura de silenciamento das mulheres.

## 6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito desta parte do projeto de pesquisa é fazer um amplo debate teórico e diferentes pensamentos acadêmicos, bem como, em seguida, mostrar o diálogo entre os autores que debateram a questão do gênero, o que nos permite fazer a contextualização, mostrando como foram desencadeadas as lutas das mulheres guineenses e cabo-verdianas na conquista dos lugares ou espaços na política, mesmo com as barreiras que ainda existem.

### 6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO DO GÊNERO EM GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE

Nos países africanos, principalmente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, é mais fácil desencadear uma luta em prol das florestas do que em defesa dos direitos das mulheres, que, ao longo dos processos históricos até os nossos dias, são colocadas em baixos dos homens nos dois países acima citados. Nessa perspectiva, para compreensão dessas dicotomias, procuramos contextualizar e entender o conceito de gênero a partir da concepção de Abreu e Andrade (2010). Os autores apontam que o gênero tem significação polissêmica, e seus significados podem ser utilizados para diversas atribuições em diferentes campos do conhecimento, o que permite interpretá-lo como conceito e categoria de análise:

Pode significar para as ciências naturais: espécie, grupo de coisas, plantas, animais, artigo, matéria, coisa que se usa ou se consome; para as ciências humanas e sociais, refere-se à elaboração cultural das noções de masculinidade e feminilidade, aquilo que se diz a partir das diferenças sexuais. (ABREU; ANDRADE, 2010, p. 1)

Por outro lado, Souza e Meghlioratti (2017, p. 4) salientaram que, depois do século XX, se intensificaram as lutas das mulheres em defesa dos seus direitos e dos seus corpos. Esses desdobramentos criaram o “posicionamento das mulheres na sociedade, não mais como ‘belas, recatadas e do lar’”, ou seja, as mulheres só sabem cuidar das casas, dos filhos e servir ao marido. Também as mulheres eram caracterizadas como sujeitos que se preocupam mais com a beleza e são frágeis do ponto de vista físico e intelectual, por isso são vedadas de exercer algumas funções de alto prestígio social desenvolvidas pelos homens. Para Mané (2017, p. 148):

Na sociedade, a mulher era considerada como uma escrava, sujeita ao dispositivo conjugal e privada de todo direito. Além das tarefas domésticas, a mulher deve engravidar, dar à luz e educar as crianças, cujos primeiros passos estão, sem dúvida, sujeitos à governança e bondade maternas. É a esse respeito que deve ser entendido,

considerado e aceito o conceito de igualdade de gênero tão almejado. Igualdade que não pode ser matemática, mas funcional. Atualmente, a mulher africana enfrenta uma situação dicotômica entre a tradição e a modernidade.

Partindo da concepção acima citada, do ponto de vista histórico, esses discursos eram reproduzidos em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e também serviam como âncora para algumas pessoas ou famílias que ainda acreditam que as mulheres não podem exercer outras funções para além de cuidar da casa e servir ao marido. Igualmente, é de suma importância frisar que existem milhares de mulheres em Guiné-Bissau e Cabo-Verde com capacidade de exercer diversas funções que historicamente eram considerados para os homens, posicionamento legitimado por intermédio dos discursos em prol da inferioridade das capacidades das mulheres.

Na sociedade guineense e cabo-verdiana, muitas pessoas e famílias aproveitam dos discursos de gêneros mal colocadas e compreendidas para demarcar espaços e trajetórias entre os gêneros, a tradição, os costumes e a religião são uma das principais referências que sustentam a desigualdade dos gêneros em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, como salienta Mané (2017, p. 148):

as mulheres são esmagadas pela tradição, que se tornou quase estrutural, no entanto, existem valores positivos que libertam e protegem a mulher. Assim, o papel da mulher no lar aumenta o poder do homem, criando a desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero é uma realidade histórica atestada em todas as sociedades. Entre o feixe de causalidades por trás do que parece ser uma invariante universal, as religiões têm, obviamente, o seu lugar.

Todavia, com o passar dos tempos, as mulheres começaram a conquistar direitos, ocupar espaços e exercer trabalhos que historicamente eram destinados para as pessoas do sexo masculino e, além disso, os esforços diários das mulheres para ajudar nos sustentos das famílias muitas vezes são invisibilizados em detrimento do poder masculino. As mulheres guineenses e cabo-verdianas, além de serem companheiras e suporte dos seus maridos, contribuem para o sustento da casa e investimento na educação dos filhos através dos seus trabalhos de pequenos rendimentos salarial, outrora chamados de trabalhos “informais”, como também aquelas que exercem as funções de alto prestígio social, como, por exemplo, cargos políticos, de diretoras gerais, empresárias, etc.

Diante disso Gomes (2010, p. 3) sustenta que “as mulheres africanas que representam o poder político a nível local e nacional continuam a não ter autoridade e a depender quase sempre das decisões da política em grande parte gerida por homens”, ou seja, as dependências das mulheres pelos homens nas tomadas das decisões no âmbito da política tiveram grande influência nas questões históricas e socioculturais dos dois países.

Gomes (2010) ainda ressalta que alguns estudos importantes sobre o incremento da presença feminina nas organizações de trabalho vêm mostrando que é mais fácil a masculinização das mulheres em profissões “masculinas” do que a feminização do espaço público. Portanto, nessa abordagem, pode-se verificar que, nesses dois países, os homens possuem mais privilégios do ponto de vista social do que as mulheres, principalmente no que diz respeito ao mercado do trabalho, mas é importante ressaltar que é impossível construir uma sociedade melhor para convivência pacífica e desenvolvida sem a participação ativa das mulheres, sobretudo nas tomadas das decisões.

O ex-secretário das Nações Unidas Ban Ki-Moon (apud GOMES, 2010) afirmou que só é possível a construção da paz no mundo com a participação massiva das mulheres na sociedade, tendo em conta as perspectivas e o comprometimento das correlações ao bem social no mundo que tanto são almejadas por milhões de pessoas em todos os continentes.

Segundo o Plano Estratégico da Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (CPLP, 2010, p. 5):

A afirmação da defesa dos direitos humanos na CPLP passa inequivocamente pela promoção da igualdade entre mulheres e homens, sem a qual não é possível construir sociedades mais justas e mais desenvolvidas. Isso mesmo foi definido na Cimeira de Maputo (16 de julho de 2000), em que se afirmou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Em Cabo-Verde, a questão de gênero não é muito discutida em relações aos outros países africanos, como Nigéria e África do Sul, que pegamos como exemplos, mas, mesmo assim, as mulheres cabo-verdianas já estão fazendo um trabalho brilhante em prol da valorização do gênero e em defesa das mulheres contra qualquer ato da violência física e psicológica. Essa luta iniciou desde o período da mobilização para a luta da independência do país, se intensificou no período pós-independência e permanece até os dias atuais.

“O papel da mulher na sociedade cabo-verdiana é hoje importante: chefes de família, comerciantes do setor informal e responsáveis pela educação dos filhos, mesmo se a sua participação na vida pública é limitada” (GOMES, 2010, p. 10). Também, pode-se verificar que, a partir de 1975 até abertura política e as primeiras eleições em 1991, Cabo Verde tinha sido governado por um único partido, o qual lutou pela independência. Após golpe de estado na Guiné-Bissau, Cabo-Verde rompeu com o PAIGC e criou a sua própria sigla, denominado de Partido Africano da Independência de Cabo-Verde (PAICV) cuja inspiração é marxista, com



base na política de não alinhamento com quaisquer dos blocos políticos hegemônicos ocidentais na altura.

Atualmente, Cabo Verde está enfrentando os desafios da promoção da igualdade de gênero como condição importante na construção de uma sociedade mais justa e diversificada do ponto de vista democrático, como coloca Duarte (2012), e está surgindo as mudanças com a nova “doxa igualitária”, que mudou o campo patriarcado, permitiu às mulheres cabo-verdianas somar ou aumentar as suas capacidades sociais, políticas e econômicas.

De igual modo, Évora (2012) enfatiza que essas lutas continuam com grande desempenho, na perspectiva de fazer os homens perceberem as lutas das mulheres, sendo necessário se colocar no lugar do outro, e refletir profundamente com base nas relações do poder entre gênero e quanto às desigualdades sociais que as mulheres sofrem nesse país.

Compreende-se, assim, que, também em Cabo Verde, a luta e a contestação tenham sido dirigidas muito mais para a conquista do espaço organizacional e institucional tradicional, para a comprovação de que a mulher pode fazer “trabalho de homem”, trabalho conceptual, que é o trabalho nobre, socialmente significativo e valorizado. (ÉVORA, 2012, p. 8)

No entanto, para que as mulheres possam alcançar os seus direitos e sejam respeitadas pelos os homens com toda a dignidade, é importante o engajamento das outras mulheres nessas lutas em prol da desconstrução dos pensamentos hegemônicos machistas e desiguais, que assolam essa sociedade desde os seus processos históricos mais antigos até os dias atuais.

Para Évora (2012, p. 10), devemos:

começar por refletir sobre o fato de a introdução das políticas de gênero desde sempre ter privilegiado as mulheres. De fato, estas sempre foram (são) dominadas, exploradas e as principais vítimas da violência, fato este que não esconde, porém, que se trata a mulher de um sujeito *em relação* e, por conseguinte, é necessário eger as dinâmicas das relações como objeto de estudo, atribuir a saliência necessária aos modos como os homens também constroem os seus pontos de vista e interiorizam as mudanças trazidas pelo esbatimento das diferenças, pela supremacia da perspectiva da igualdade de gênero e da ideologia da mulher independente e emancipada.

Para que as ideologias das mulheres independentes e emancipadas tenham efeito para além daquilo que temos hoje em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, primeiro é necessário que as mulheres compreendam o que os homens guineenses e cabo-verdianos pensam sobre elas e, depois, criem estratégias de desconstrução daquilo que inferioriza as mulheres perante os homens nas duas sociedades acima citadas. Entretanto, as práticas discriminatórias que subalternizam as mulheres nesses países são legitimadas pelos órgãos do Poder Público, como

mostra Duarte (2012, p. 16): “o Poder Público vê quase sempre as mulheres numa lógica que as confina ao espaço doméstico e as considera basicamente com identidades relacionadas à maternidade, e quando estão fora de casa, como demandantes das ações comunitárias”.

Esses pequenos pormenores poucas vezes são visibilizados e debatidos pelo órgão competente e a sociedade civil em geral sobre a naturalização e demarcação dos espaços das mulheres referente ao trabalho doméstico. Estes são uns dos fatores primordiais que contribuem para que as mulheres de Guiné-Bissau e Cabo-Verde não ocupem altos cargos públicos e privados na administração desses países.

Para tanto, “as mulheres tiveram inúmeras dificuldades em afirmar-se no panorama social, político e econômico, pois as tarefas que lhes eram reservadas, basicamente, se restringiam à administração da casa, aos trabalhos de campo e à educação dos filhos” (DUARTE, 2012, p. 19), por causa disso a maioria delas se envolve com os trabalhos de pouca rentabilidade social, outrora chamados de trabalhos informais.

No que diz respeito à educação, verifica-se a grande disparidade entre os gêneros, principalmente quanto às taxas de alfabetização em Guiné-Bissau e Cabo-Verde. De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação (2010, p. 65), realizado em 2008 na Guiné-Bissau:

Embora se tenha registado progressos na evolução das taxas de analfabetismo entre os dois censos (1999-2009), o analfabetismo atinge ainda cerca da metade da população guineense, com maior incidência na camada feminina, sobretudo, aquelas que vivem nas zonas rurais. Na população jovem de 15 e mais anos, considerada a maior força produtiva do país, cinco em cada dez são analfabetos. No meio rural, apresenta um índice de 66,7%, sendo ao nível das mulheres de 79,8%.

De mesma forma, Duarte (2012, p. 26) ressalta a disparidade escolar entre os dois gêneros em Cabo-Verde:

A taxa de alfabetização no país ronda os 82,7%, registando, contudo, a diferença entre homens e mulheres é de aproximadamente 8%, ou seja, 87% de homens alfabetizados para 78,5% de mulheres. Quanto a taxa de escolarização, regista-se uma paridade no ensino básico, 96% para ambos os sexos, e a superioridade das mulheres no ensino secundário, em que a taxa feminina é de 57,7% para 52,1% dos homens. No ensino superior, as mulheres representam 61% de população universitária em Cabo Verde.

O alto índice do analfabetismo feminino em Guiné-Bissau, em certos casos, é influenciado pelas dificuldades que as mulheres enfrentam nos processos escolares, como, por exemplo, a gravidez precoce, casamento forçado, etc. Já em Cabo-Verde se verifica massiva presença feminina de acordo com os dados acima, mas essas meninas acabam abandonando a

escola, por exemplo, pela “suspensão das adolescentes grávidas nas escolas” (DUARTE, 2012, p. 27).

O mesmo autor salienta que, para que tenhamos uma sociedade justa e livre da dominação masculina, é urgente a criação da “educação para a igualdade de gênero e a eliminação de todas as formas de preconceito que constituem elementos primordiais para que tal meta seja atingida” (DUARTE, 2012, p. 27). Sendo assim, vimos que os dois países enfrentam problemas similares, mas com as proporções diferentes.

As dificuldades em criar as políticas públicas da igualdade de gênero na sociedade guineense e a ausência da participação massiva das mulheres em todas as esferas da vida social, política, econômica e cultural motivaram a criação das seguintes organizações que atuam a defesa das mulheres: União Democrática das Mulheres (UDEMU), conhecida em Guiné-Bissau como organização responsável pelas questões femininas no meio do aparelho de Estado desde a sua criação em 1974; o Instituto de Mulheres e Crianças (IMC), com a finalidade de proteger e defender as mulheres e crianças sobre qualquer tipo de violência.

Por outro lado, verifica-se que a inserção das mulheres na política guineense intensificou-se depois das primeiras eleições gerais em 1994. Segundo Sanca (2014, p. 35):

a inserção das mulheres na esfera pública do país se deu principalmente com a abertura democrática que culminou nas primeiras eleições democráticas, em 1994. [...] a realidade das mulheres guineenses é marcada fortemente pelo trabalho doméstico e em atividades relacionadas ao comércio informal.

## 6.2 ESPAÇO DAS MULHERES NA SOCIEDADE GUINEENSE E CABO-VERDIANA

Antes de mergulhar nesse debate sobre espaço das mulheres na sociedade guineense e cabo-verdiana, principalmente nos anos que antecederam o recorte da nossa pesquisa. Para tanto, as mulheres nesses países são as que mais sofrem violências físicas, psicológicas e verbais ao longo dos processos históricos até os dias atuais. Além disso, eram consideradas inferiores, fracas, traidoras e incapazes de desempenhar ou ocupar um alto cargo político das gestões públicas.

A subalternização das capacidades femininas na sociedade guineense faz com que muitas pessoas e famílias acreditem ainda que as mulheres não devem desempenhar as mesmas funções que os homens em diferentes esferas da vida pública. Para alguns, o espaço das mulheres é em casa, cuidando dos filhos, preparando a comida para família e servindo o marido.

Essa demarcação do espaço das mulheres e separação dos trabalhos muitas das vezes são influenciadas pela própria família, que acredita que isso é algo natural e deve permanecer. As mulheres têm a obrigação de aprender os trabalhos domésticos com as suas mães, enquanto os homens são privilegiados, têm mais direito de ir para escola, participar nas tomadas das decisões e realizar atividades de lazer.

Segundo Santos (2014, p. 75):

O quadro de organização social dominante neste país é caracterizado pela restrição do papel da mulher à esfera doméstica e, por outro lado, a alargar o papel do homem à esfera comunitária e pública e a posicioná-lo num papel de orientação e de comando.

Mesmo assim, existem algumas mulheres inconformadas com a situação da dominação masculina que começaram a desafiar costumes que inferiorizam suas capacidades sociais e intelectuais.

No entanto, tomemos como exemplos as mulheres que insistiram até o ponto de serem soldadas e colaboradoras na luta armada pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde contra o regime colonial português, como heroína Titina Sila, Carmem Pereira, Teadora Inácia Gomes, Adja Satú Câmara e outras. Estas foram proibidas de exercer algumas funções durante o período da guerra da libertação, mas sua coragem e amor à pátria motivou-as a quebrar o tabu de que as mulheres são fracas e incapazes para participar ao lado dos homens.

De acordo com Gomes (2016, p. 79),

as mulheres guineenses aderiram à luta ainda na fase da sua organização, agindo clandestinamente. Nos centros urbanos, realizaram tarefas de ligação, cedendo as suas casas para reuniões do PAIGC. Prepararam e distribuíram material de propaganda, cozinham para muitos militantes que se encontravam na clandestinidade, esconderam, em suas casas, perseguidos políticos que procuravam despistar a PIDE.

Isso mostra que, ao longo dos processos históricos dos dois países, as mulheres sempre estiveram presentes ao lado dos homens na luta, mas essas histórias nunca vieram à tona, continuam sendo invisibilizadas pelas mídias nacionais e raramente são ressaltadas pela historiografia de Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Por outro lado, as mulheres guineenses e cabo-verdianas, apesar de estarem no mercado de trabalho formal da alta rentabilidade social, que se encontram fora dessa esfera, estão envolvidas com trabalhos informais, como vendedoras ambulantes (*bideiras*<sup>1</sup>), empregadas

---

<sup>1</sup> *Bideiras*, em Guiné-Bissau, refere-se às mulheres com atividades comerciais informais, como as que vendem peixes, legumes e demais produtos nos mercados dentro e fora do país.

domésticas, etc. Porém essas pessoas, além das humilhações constantes, preconceitos, assédios sexuais e violências domésticas, conseguem manter o sustento diário de suas famílias incluindo o seu marido, como salienta Santos (2014, p. 76): “ou ainda, a viuvez da mulher são os principais fatores que podem explicar esta projeção da mulher no papel e nas responsabilidades do homem”. Também em Guiné-Bissau e Cabo-Verde existem várias mulheres que carregam a responsabilidade dupla, quer dizer, além de serem mulheres ditas inferior desempenham o papel que socialmente é atribuído aos homens, quando foram abandonadas com os filhos pelo marido, ou quando o homem não quer assumi-la com a criança. Segundo Lima (2011, p. 30),

a maternidade, além de continuar sendo sacralizada, também persiste sendo indissociável da figura feminina em nossa sociedade. Portanto, aquela que escolhe a “deserção da maternidade”, a “não maternagem”, torna-se alvo do julgamento e do preconceito de uma sociedade ainda sobre forte influência dos mitos e conceitos que cercam esse tema e o universo feminino.

Esses desafios e sacrifícios muitas mulheres assumem quando despejadas pelos maridos. E pouquíssimas vezes essas situações são abordadas pelo órgão da comunicação social. Os membros da sociedade, igualmente, não as encorajam nem se solidarizam, mas condenam a própria vítima, como se fosse algo desejável pelas mulheres que se encontram nessa situação.

De acordo com Jerusa Sousa (2011), as estruturas familiares na sociedade tradicional guineense são chefiadas por homens, submetem as mulheres a um papel secundário na vida das comunidades, em determinar o seu quotidiano à gestão doméstica, educação e cuidado com as crianças, responsabilização pela execução das atividades econômicas de subsistência no setor agrícola e das pescas.

Por outro lado, Santos (2014, p. 76) nos mostra os dados sobre agregados familiares a nível de pobreza entre as famílias chefiadas por homens em comparação com as chefiadas pelas mulheres em Guiné-Bissau: “A pobreza é mais frequente nos agregados familiares cujos chefes são homens: 66,1% dos indivíduos que pertencem a agregados familiares dirigidos por homens são pobres contra 56,1% daqueles que vivem em agregados familiares dirigidos por mulheres”.

Os dados acima mostram e comprovam o desempenho de muitas mulheres como chefes de família e o grau de desenvolvimento atingido por elas, sobretudo na luta contra a pobreza dentro do universo social guineense.

Portanto, quando uma mulher solteira e mãe da família acorda antes de amanhecer e vai para as suas atividades do cotidiano à procura das melhores condições para sustento dos seus filhos, isso tem um significado muito importante dentro da nossa conjuntura social, porque nem todas as pessoas, ou melhor dizendo, não é todos os homens que conseguem fazer essas

trajetórias cotidianamente, como, por exemplo, aquelas que caminham de um bairro distante até o porto nacional (*Pindjiquiti*) à procura dos peixes para comercializar em pequenos mercados do capital do país; também, aquelas que fazem trajetórias de Bissau para comercializar os seus produtos em Senegal, Gambia e Guiné-Conacri, a fim de garantir o bem das famílias, portanto, essas pessoas merecem ser respeitadas e valorizadas pelos homens e pela sociedade em geral, como podemos observar na colocação de Sanca (2014, p. 35-38):

a mulher desempenha múltiplas funções sociais no país: mãe/educadora/responsável pelo sustento familiar. O seu desempenho acaba sendo esquecido devido às várias funções que ela desempenha. O homem, por seu lado, ainda figura como patriarca e o guardião figurado da família. Essa árdua realidade acaba direcionando as mulheres a serem empreendedoras do mercado informal, criando pequenos negócios com o objetivo de assegurar o sustento da família. [...] as mulheres possuem grande participação na produção de bens e serviços, nomeadamente no nível da produção rural familiar e no quadro do setor informal nas zonas rurais e urbanas.

As lutas das mulheres na politização na sociedade guineense e cabo-verdiana é algo que entra em contradição com as práticas tradicionais dos diferentes grupos étnicos, principalmente em Guiné-Bissau, também as práticas socioculturais vividas nesses países demonstram que os homens são considerados detentores de todo o poder dentro do seio familiar.

Enquanto as mulheres lutam para serem vistas nos seus trabalhos, elas nunca tiveram grandes sucessos, por isso que muitas delas que não tiveram acesso à escola e capacidade críticas, acabam por aceitar isso como se fosse algo natural que não pode ser revertido ou abolido.

Gomes (2016, p. 80) mostra-nos que as mulheres “trabalhavam até ao pôr do sol, regressavam à casa, preparavam e serviam-lhes a refeição, [...] no passado, os homens da religião muçulmana recusavam que as esposas participassem de reuniões do partido”, mas, devido a essas situações, muitas mulheres dessa religião, com o apoio de outras mulheres, começaram a desencadear as lutas contra os abusos masculinos, que, posteriormente, acabam por ser considerados pelos homens como desrespeito ou desobediência ao marido e à religião.

No entanto, para muitas mulheres com visão acadêmica, isso não é desobediência ou desrespeito aos maridos e muito menos à religião, pelo contrário, é uma luta de empoderamento feminino contra a dominação masculina e afirmação das mulheres na sociedade onde reina o poder patriarcal. De acordo com Plano de Ação Nacional 1325 de 2000:

Até à data, nenhuma mulher guineense foi nomeada representante, enviada especial ou agente de missões de bons serviços em nome do Secretário-Geral das Nações Unidas, nem na qualidade de observadora militar e membro da polícia civil. Com

efeito, a Guiné-Bissau ainda não enviou ao SG das Nações Unidas uma lista das mulheres que podem ser nomeadas a esses diferentes postos. (PAN, 2000, p. 5)

No que diz respeito às mulheres em Cabo-Verde, a situação é diferente a de Guiné-Bissau, ou seja, “a pobreza tem um rosto feminino: para cada 100 homens jovens desempregados existem 200 mulheres jovens sem emprego, as mulheres ocupam a maior parte do trabalho não qualificado (57%)” (PLANO DE AÇÃO DA RMP-CV, 2012, p. 1).

Por outro lado, Duarte (2012, p. 2) demonstra que:

A mesma fonte mostra que, em Cabo Verde, a pobreza tem um cunho feminino, uma vez que ela. No tocante às famílias pobres, 56,3% desses agregados são chefiados por mulheres, contra 43,7% por homens.

Também as políticas públicas que se desenvolvem nesse país com a intervenções de várias instituições que lutam pela igualdade de gênero no mercado de trabalho estão mais avançadas em relação às de Guiné-Bissau, como salienta Duarte (2012, p. 19):

Das várias intervenções da OMCV, deve-se destacar os programas de saúde materno-infantil (a distribuição gratuita de anticoncepcionais, as consultas pré-natais e a massificação das campanhas de vacinas e a criação das primeiras infantarias).

A autora afirma ainda que, em Cabo-Verde, “após a abertura política e realização das eleições multipartidárias em 1991, vencidas pelo MPD (Movimento para a Democracia), atribui-se à mulher maior protagonismo” (DUARTE, 2012, p. 19), mas esse protagonismo não é visível ainda, é preciso construí-lo para ser o protagonismo propriamente dito, que vai permitir às mulheres ocuparem os espaços que merecem na política, porque não adianta elas estarem lá por encunho ou seguindo as orientações dos homens.

### 6.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA ATIVA E NOS MERCADOS DE TRABALHO FORMAL EM GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE

A participação das mulheres na política ativa e nos mercados de trabalhos formal em Guiné-Bissau e Cabo-Verde é um tema novo nos debates acadêmicos, políticos e sociais nos dois países em análise, contudo ainda as mulheres representam um número muito insignificante na política ativa e nos mercados formais em comparação com a participação masculina nas duas esferas acima citadas.

A subalternização das mulheres na política ativa na Guiné-Bissau é muito visível, sobretudo, nos momentos das eleições presidenciais ou legislativas no país. Porém, nesses processos, verificam-se pouca participação das mulheres nas concorrências eleitorais como candidatas, e aquelas que tiveram a coragem de apresentar suas candidaturas para esses cargos, muitas vezes, são atacadas com discursos discriminatórios, machistas e sexistas pelos candidatos homens. De acordo com o Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da União Europeia:

Apesar de não existirem restrições legais para a participação das mulheres, a Guiné-Bissau tem ainda que tomar medidas apropriadas, como medidas especiais temporárias, para, de fato, implementar e apoiar a igualdade de gênero. A Guiné-Bissau assinou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDCM, 1985) e o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África (CADHP-PM, 2005) da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a qual recomendava a introdução de medidas especiais temporárias. A Constituição reconhece direitos iguais para mulheres e homens em todas as áreas da vida política, econômica, social e cultural e estabelece a proibição de discriminação com base no gênero. A participação das mulheres na vida pública e, em particular, durante o processo eleitoral foi limitada, exceto nos comícios políticos onde a MOE-UE observou que as mulheres estavam bem representadas e os seus números excediam, por vezes, o dos homens. (MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 46)

A disparidade dos gêneros na política ativa guineense pode ser compreendida por diversas formas de análise social, porque as mulheres compõem o maior número da população nesse país, mas a maioria delas representa o baixo nível da escolaridade e também é excluída das tomadas de decisão sociais, políticas e institucionais.

Algumas que são privilegiadas em participar nas tomadas das decisões nos grandes partidos ou até no país são conhecidas como antigas combatentes da liberdade da pátria, entre elas destacamos as que ainda estão vivas, como Teodora Inácia Gomes, Adja Satú Câmara, Adiato Djaló Nandigna, e outras que vieram a destacar-se no Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, como Maria Odete da Costa Soares Semedo, Suzi Barbosa, etc. A presença dessas mulheres enquanto gestoras e dirigentes do país estimulou outras mulheres a enfrentar as barreiras de discriminação social, com “o propósito da mudança de mentalidades e comportamentos no seio dos sistemas sociais tradicionais” (GOMES, 2016, p. 80).

Na história da Guiné-Bissau até a data presente, somente duas mulheres participaram nas concorrências eleitorais como candidatas ao cargo da presidência de república, Antonieta Rosa Gomes e Zinha Vaz, ambas referências para as mulheres guineenses que queriam seguir esse percurso.



Nas eleições presidenciais antecipadas, apenas uma mulher, Francisca “Zinha” Vaz Turpin, concorreu para o cargo de presidente da república entre outros 10 candidatos masculinos. Zinha Vaz foi deputada da ANP (1994-1998) para a resistência da Guiné-Bissau - Movimento Bafatá (RGB-MB) e foi presidente da Câmara Municipal de Bissau. Durante o Governo de Kumba Yalá (2000-2003), foi conselheira política, com categoria de ministra, e fundou a União Patriótica Guineense (UPG). (MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL UNIÃO EUROPEIA, 2009, p. 35)

Sendo assim, podemos considerar que o número das mulheres no mercado de trabalho formal e na política ativa em Guiné-Bissau está crescendo cada vez mais devido à ocupação de cargos públicos e políticos. Por outro lado, temos Antonieta Rosa Gomes, que foi a primeira candidata mulher ao cargo de presidente da república nas eleições presidenciais multipartidárias de 1994 e de 2005, e foi a única mulher entre os candidatos homens a disputar as eleições nesses anos.

Também existem outros pormenores que fazem com que as mulheres africanas, especificamente as guineenses, não se envolvam muito na política ativa, como a desvalorização sociocultural das mulheres, a naturalização da violência física e psíquica contra elas e o machismo enraizado nas tradições culturais e religiosas.

“A opressão da mulher africana reside no fato de esta ser pobre, iletrada e rural, presa à tradição, ao casamento, à família e aos trabalhos domésticos” (MARTINS, 2015, p. 5). Porém é de suma frisar que, em Guiné-Bissau, as mulheres também contribuíram muito para organização e formação das guerrilhas que desencadearam a luta contra o regime colonial português que durou mais de uma década e cujo principal objetivo era a libertação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Contudo, a participação direta das mulheres na luta de libertação nacional incitou a garantia dos direitos entre os gêneros, “no programa de ação, o PAIGC estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres, afirmando que os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas” (GOMES, 2016, p. 73). De acordo com a Liga Guineense dos Direitos Humanos, a igualdade entre homens e mulheres estabeleceu um direito fundamental e consagrado na Constituição da Guiné-Bissau, porque ambos são iguais perante a lei.

a Constituição da República da Guiné-Bissau, nos seus artigos 24 e 25, estipula que todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. (LGDH, 2016, p. 47)

Nos últimos anos, em Guiné-Bissau, a luta das mulheres pela igualdade de gênero e afirmação no mercado de trabalho formal está crescendo muito do ponto de vista quantitativo

em relação às décadas passadas. Mesmo com as discriminação e desvalorização social, elas estão sempre engajadas nas suas dinâmicas.

Sanca (2014, p. 47-48) observa que a maioria das mulheres que trabalha em algumas empresas em Guiné-Bissau é solteira, e afirma ainda que “tanto a Orange quanto Ecoobank não possuem cargos específicos para as mulheres”, ou seja, além de não existir cargos específicos para as mulheres, nenhuma delas ocupara o alto cargo na gestão dessas empresas, todos os diretores são homens.

Portanto, isso nos leva a fazer várias reflexões acerca do lugar das mulheres nessas empresas: se as mulheres estão trabalhando ali ao lado dos homens, por que alguns delas não podem ser diretoras ou gestoras? Além de serem subalternizadas nos seus locais de trabalho, elas ainda têm as atividades de fazer em casa após sair do trabalho: “a maior dificuldade é trabalhar sabendo que tens outras obrigações a cumprir em casa, como mãe e como esposa” (SANCA, 2014, p. 54).

Entretanto, isso demonstra que ser mulher e mãe não é uma coisa fácil, sobretudo numa sociedade patrilinear como o da Guiné-Bissau, em que as mulheres não são respeitadas e muitas vezes são desprovidas de seus direitos políticos, sociais, culturais. No âmbito das eleições e campanhas políticas, Gomes (2016, p. 87) analisa as dificuldades das mulheres:

[...] elas residem, sobretudo, na falta de condições financeiras das mulheres para suportarem a própria candidatura a um lugar político ou de decisão. Três motivos a apontar: o primeiro é que elas não estão financeiramente bem posicionadas; em segundo lugar, elas não são unidas; e, em terceiro lugar, nos momentos importantes em que é preciso apresentar candidaturas nas estruturas partidárias, elas estão muitas vezes mais envolvidas com as campanhas dos próprios partidos e de outros candidatos do que com elas mesmas. Quando as pessoas estão a fazer reuniões para reestruturar, para apontar candidatos para os lugares, a maior parte das mulheres está ausente, ficam nos fogões de casa a cozinhar em vez de estar a fazer política.

Nas zonas urbanas da cidade de Bissau, algumas mulheres já demonstraram interesse de participar da vida política e ocupar cargos públicos, mas alguns fatores condicionantes apontados acima interferem diretamente no sucesso destas na vida política; lembrando que: “Guiné-Bissau assinou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDCM, 1985) e o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África (CADHP-PM, 2005)” (MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 46), porém essas convenções não estão sendo aplicada na prática, ou seja, é como se não existissem nenhum desses tratados.

Por outro lado, M’Mende (2017, p. 90) analisa o caso das mulheres no Supremo Tribunal de Justiça em relação à presença masculina nesse setor administrativo do país:

No Poder Judiciário, existe somente uma mulher na cadeira de juíza, entre 8 elementos; na função de desembargadora, não havia nenhuma mulher. Num total de 33 juizes do direito, 10 são as mulheres, dos 29 juizes dos setores, apenas 2 são mulheres; dos 11 procuradores gerais da república, há somente 1 mulher; dos 7 promotores gerais de adjunto, há 2 mulheres; dos 62 delegados de procuradores gerais da república, apenas 9 são mulheres.

Quanto a Cabo-Verde, a situação das mulheres não é tão diferente: “observe-se que, em Cabo Verde, as mulheres nos partidos políticos são sempre militantes de base ou simplesmente simpatizantes. São poucas as mulheres que fazem parte do corpo diretivo dos partidos políticos” (CAMACHO, 2010, p. 52). Isto é, nessa sociedade, ao longo do processo histórico, foram construídas demarcações sociais, ou seja, os espaços dos homens e das mulheres que, de forma geral, podemos chamar de barreiras para as mulheres.

Mas, depois da virada do século para o XXI, essas barreiras começaram a desaparecer pouco a pouco, devido ao engajamento das mulheres emancipadas nas lutas pela afirmação social em Cabo-Verde. Em 2016, a sociedade cabo-verdiana foi prestigiada com uma mulher candidata à eleição legislativa: Janira Hopffer Almada, candidata do partido PAICV.

Apesar de ela não ter ganhado a eleição, sua participação na concorrência da eleição legislativa (primeira ministra de Cabo-Verde) representa uma vitória para as mulheres desse país por ser a primeira mulher a candidatar-se pelo cargo de primeira ministra: “o partido da oposição, o MPD, que ganhou com a maioria absoluta de 53,58% dos votos, ficando o PAICV com 37,53%” (SILVA, 2017, p. 23). Em Cabo-Verde, estão mais envolvidas na política ativa partidária, como também nas políticas sociais, porque foram elas que criaram várias organizações internas que trabalham em prol de seus direitos e benefícios.

Dentre as quais se destacam a Associação de Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI-1992), a Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999), a Associação Cabo-Verdiana de Mulheres Juristas (2001), a Rede de Mulheres Parlamentares (2002) e a Rede de Mulheres Economistas (REDEMEC-2003). (DUARTE, 2012, p. 20)

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, realizada em Nova York e Genebra em 2011, o Decreto Legislativo N° 5/2007 do Código Laboral de Cabo-Verde fortaleceu os direitos entre homens e mulheres no mercado trabalho. Quanto à remuneração salarial, quando estão a desempenhar as mesmas funções, ambos devem receber os mesmos salários, pois isso incentiva avanços significativos da participação feminina em atividades educacionais e políticas. Outro aspecto a se destacar é que o número das mulheres cabo-verdianas tem aumentado muito, nos últimos anos, na área política (NAÇÕES UNIDAS, 2011).

Segundo o Inquérito Empresarial 2009, 33% das empresas possuem mulheres como coproprietárias, 17% das companhias têm uma mulher como gerente (Inquérito Empresarial, 2009). Enquanto apenas 21% dos membros do Parlamento são mulheres, houve notável melhoria no índice de participação feminina no Executivo: 8 dos 19 ministros são mulheres. (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 19)

Também os dados da eleição legislativa de 1995 mostram figuras femininas eleitas como deputadas em disputa com os homens em diferentes círculos eleitorais do país:

Mulheres eleitas em 1995, houve um aumento quando comparadas com as legislativas de 1991. Pois, em 1991 haviam sido eleitas três mulheres e em 1995, nota-se que aumentou para 8 mulheres na Assembleia Nacional. (CAMACHO, 2010, p. 34)

Ainda segundo o mesmo autor:

Já na composição do governo de 1996 a 2001, houve um aumento de mulheres em postos governamentais, pois, de duas mulheres passou-se para sete mulheres, sendo que três ocuparam pastas ministeriais e quatro cargos de Secretárias de Estado. (CAMACHO, 2010, p. 40)

Em Cabo-Verde, algumas políticas nacionais e internacionais estão contribuindo muito para a igualdade de gênero e afirmação das mulheres na política e nos mercados de trabalho como quaisquer outros sujeitos. A aprovação e entrada em vigor da lei contra a violência doméstica baseada em gênero de 2011 foi uma das principais conquistas das mulheres cabo-verdianas e, mesmo assim, elas continuam a ser discriminadas pelos homens e pelas próprias mulheres também.

Particpei muito ativamente nas campanhas legislativas e pude ver muita resistência por parte também das mulheres em votar numa mulher. Ao falar com as mulheres, elas dizem: “Mas mulher? Primeira-Ministra de Cabo-Verde?”, “Mas mulher tem menstruação e tem dores de barriga. E se tiver dor de barriga e não conseguir ir ao trabalho?”. Mesmo mulheres esclarecidas dizem “Se precisar de uma licença-maternidade? Quem é que vai tomar conta do país?”. E os homens dizem claramente “Eu não vou votar numa mulher para mandar em mim”. [Anilda Tavares, Deputada Nacional]. (SILVA, 2017, p. 24)

O relato acima demonstra que, apesar de existirem leis que proíbem a discriminação do gênero em esfera social, política e cultural no país, as mulheres ainda continuam sendo vítimas de discursos discriminatórios e sexistas, como o caso da líder do Partido Africano para Independência de Cabo-Verde (PAICV) na eleição de 2016: “lutas desmedidas para cargos e funções de pessoas dentro do partido que não gostaram de a ter como líder, chegando a pedir aos familiares para não votar no PAICV ‘porque saia não governa o país’” (SILVA, 2017, p. 25).

Por outro lado, Élide Patrícia Semedo Silva (2017, p. 26) afirma que “As próprias mulheres são a expressão do machismo em Cabo-Verde”, ou seja, algumas mulheres apoiam esses discursos e outras o reproduzem de forma clara e aberta nos espaços públicos. Portanto, isso demonstra a falsidade entre as mulheres e as lutas pela naturalização da discriminação pelas próprias mulheres de forma implícita.

#### 6.4 MULHERES ACADÊMICAS: UMA AMEAÇA PARA OS HOMENS EM GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE?

As mulheres acadêmicas em Guiné-Bissau são vistas pelos homens como grandes desafiadores das tradições culturais enraizadas na sociedade, são consideradas como principais desafios com quem casam, ou seja, muitos homens preferem casar-se com as mulheres ditas “submissas, conformadas e semianalfabetas”. Nessa perspectiva, Djata (2018, p. 19) afirma que: “na Guiné-Bissau, alguns homens, ou sua maioria, optam por ter semianalfabetas ou iletradas, partindo da lógica de que as mulheres com um elevado nível do ‘capital cultural’ tendem a ser uma ameaça para eles”.

Os principais desafios para essas pessoas a temer frente às mulheres acadêmicas são as visões de desnaturalização de certas práticas inadequadas que, muitas vezes, ameaçam a integridade física e emocional de uma mulher, por isso são consideradas por alguns homens machistas como autoritárias, ou como dizem em Guiné-Bissau na língua crioulo<sup>2</sup>: “*I ta mostra i mas sibi, manera dja ki tene escola*”<sup>3</sup>. Aquelas que não possuem esse capital cultural são obrigadas a concordar ou aceitar as práticas dos homens acima citadas.

As mulheres aceitaram permanecer numa relação violenta, por recearem uma agressão ainda maior após a separação, por vergonha, pelo fato de dependerem emocionalmente dos parceiros, alimentando sempre a esperança de poder reconstruir a relação, e, sobretudo, por não disporem de uma autonomia financeira. (FURTADO, 2015, p. 5)

Sendo assim, a dependência econômica de algumas mulheres num relacionamento e a falta da escolarização por parte de muitas mulheres fazem com que o poder masculino se apresente como detentor de toda a hierarquia perante uma união matrimonial entre os dois gêneros. Mas, por outro lado, vimos que essas práticas já estão sendo desconstruídas por parte

---

<sup>2</sup> Crioulo é a língua mais falada em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, ou seja, é a língua que une os povos guineense e cabo-verdiano.

<sup>3</sup> “Mostra que sabe mais, porque foi à escola”.

de muitas mulheres acadêmicas empoderadas que estão lutando pela igualdade social entre homens e mulheres em todas as esferas da sociedade guineense e cabo-verdiana.

Nessa ótica, podemos elencar algumas atividades que historicamente eram consideradas como tarefas das mulheres nos dois países em análise. Hoje, existe conscientização de que não há trabalho especificamente para mulheres, que os homens não deveriam fazer como, por exemplo, cuidar dos filhos, lavar louças fazer comida, limpar a casa, etc. Em Cabo-Verde:

[...] Ainda não se pode falar numa verdadeira integração das questões de gênero nos currículos escolares. No entanto, a transmissão desses conhecimentos é reforçada pelos manuais escolares que já contemplam uma linguagem mais inclusiva e menos discriminatória, algo que vem acontecendo paulatinamente. Por exemplo, hoje já não se encontram títulos de texto como “A bola é do Beto”. Aliás, o livro da 1ª classe traz uma imagem que consideramos muito importante na página 36, que é de um menino e uma menina a jogarem bola. Na mesma página, há uma outra imagem positiva que mostra uma mulher e um homem na cozinha, a primeira cozinhando e o segundo lavando a louça. (FURTADO, 2015, p. 11)

Entretanto, existem algumas pessoas com pensamento tradicional ainda, que acreditam que os homens não deveriam fazer esse tipo de trabalho; ou seja, no entender dessas pessoas, o homem que faz trabalho de casa é o homem submisso às ideias da mulher, portanto, segundo essa concepção, homens propriamente ditos são aqueles que impõem a sua autoridades às mulheres dentro da casa ou, como dizem em crioulo de Cabo-Verde: “*Homi i kel ki ta manda na casa, não kel ki ta seta decisão de moça*”, quer dizer o homem tem que dar ordens em casa, não aquele que vai acatar as ordens da esposa.

Vimos que “os direitos das mulheres ainda estão longe de alcançar a sua plena realização prática, pois há grande defasagem entre a lei e a prática” (PIMENTEL, 2008, p. 17), porém isso faz com que ainda muitas pessoas nas sociedades guineense e cabo-verdiana estejam preocupadas com as mulheres que se dedicaram muito aos estudos acadêmicos, como observa Candé Monteiro (2013, p. 5):

Já não me lembro quantas vezes fui interpelada em Bissau pelo meus familiares e amigos, que me perguntavam o que tanto estudava e que estudo era esse que nunca mais terminava? Meus colegas todos já estudaram, se formaram e casaram, e eu ainda estudando no Brasil. Diziam-me que eu não tinha marido nem filhos. Perguntavam quando é que iria me casar e ter filhos. Para que tanto estudo? “Mulher que estuda demais assusta homem!”, diziam.

Eis um dos principais motivos que faz com que muitos homens tenham casar-se com uma mulher acadêmica em Guiné-Bissau e o mesmo acontece em Cabo-Verde, “provado que os mais altos níveis de educação e formação correspondem a uma maior capacidade de a mulher

responder às oportunidades que aparecem, desafiar os papéis tradicionais e mudar sua vida” (CAMACHO, 2010, p. 55).

Essas mulheres são vistas como as que não poderão casar-se e ter filhos, por causa dos homens das respectivas sociedades terem medo de juntar-se a elas para formarem família, pensando que sua formação torna difícil a convivência. Mas, pelo contrário, isso pode ajudar muito a combater pobreza em busca do desenvolvimento do país, respeito entre os casais, família e comunidade, porque, quando o homem carrega todo o cargo de buscar e trazer para casa o sustento, muitas vezes, isso não é suficiente para melhores condições da família, por isso precisa de ter uma mulher formada e empregada para ajudar nos cuidados da família.

Não é que as não formadas não possam ajudar, mas é que elas são inferiorizadas e aceitam essas inferiorizações por acharem que os seus maridos, por terem estudado na diáspora ou nas faculdades em que elas não tinham estudado, são mais inteligentes.

A academia serve como arma para as mulheres guineenses e cabo-verdianas defenderem seus direitos. Segundo Santos (2014, p. 75-76), em Guiné-Bissau:

Verifica-se hoje que a evolução social [...] tem contribuído para um aumento do trabalho e das responsabilidades da mulher sem que tenha havido uma partilha do poder de decisão com o homem, seja a nível da família, a nível comunitário ou ainda no mercado de trabalho, descrevendo uma evolução social que penaliza a mulher, reforçando, assim, sua sobrecarga de trabalho.

Nessa sociedade, as mulheres estão conquistando os lugares de responsabilidades sem deixar de exercer as atividades que são relacionadas a elas desde o passado histórico, isso mostra que elas estão sobrecarregadas de trabalho.

## 7 METODOLOGIA

O presente trabalho será elaborado com base em abordagens qualitativas, tendo como procedimentos técnicos a análise de livros, teses, dissertações, monografias, artigos e documentos oficiais produzidos em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os meios de procedimento de coleta desses objetos de análise ocorrerão através de *sites* da *internet*, através dos diversos documentos produzidos sobre a participação das mulheres na política em Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

No que diz respeito à abordagem qualitativa, serão utilizados os seguintes métodos: histórico e comparativo, para que possamos ter uma visão abrangente sobre o tema em análise sobre os dois países. Quanto ao primeiro método, Prodanov e Freitas (2013, p. 36-37) salientam que:

No método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função, [...] seu estudo, visando a uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. Esse método é típico dos estudos qualitativos.

Nessa perspectiva, o método histórico nos permite analisar os fatos discriminatórios que foram praticados pelos diferentes agentes sociais e políticos sobre as mulheres guineenses e cabo-verdianas na política, ou seja, procuraremos contextualizar o passado para poder entender melhor o presente.

Segundo Prodranov e Freitas (2013, p. 38),

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.

Através do método comparativo sobre a análise das participações das mulheres na política em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, poderemos conhecer as diferenças e similitudes entre os dois países que passaram pelo mesmo processo histórico colonial.

Quanto às técnicas, serão utilizados o método exploratório, descritivo, explicativo e documental: exploratório, porque dialogaremos com alguns textos, artigos e documentos produzidos na Guiné-Bissau e Cabo Verde; descritivo, porque descreveremos as mulheres na política e as suas lutas contra as práticas discriminatórias de gênero nas duas sociedades



pesquisadas e comparadas; explicativa, porque explicaremos os fenômenos e fatos sociais sobre diversos incidentes contra as mulheres; documental, porque analisaremos os documentos oficiais produzidos nesses países, como também aqueles que foram elaborados pelas organizações internacionais contra as violências e em defesa das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de; ANDRADE, Thamires Ramos de. A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Universidade Federal do Piauí, 6., 2010. **Anais...** Teresina: UFPI, 2010. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT\\_10\\_01\\_2010.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2018.

CAMACHO, Ednilson Borges. **A participação das mulheres na política em Cabo Verde: 1975-2006**. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo-Verde, Praia, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldocnhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2075/1/Ednilson%20B%20Camacho%20ultimo%20verson.15222.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Plano Estratégico Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres**. 2010.

DJATA, Binimba. **A desigualdade de gênero na política guineense pós-abertura democrática (1994-2014)**. Monografia (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Redenção, 2018.

DUARTE, Adelsia de Jesus Mendes Almeida. **Direitos das mulheres e Políticas Públicas em Cabo Verde (1991-2011): análise a partir do plano nacional de igualdade e equidade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012. Disponível em: <[http://dspace.ismt.pt/bitstream/123456789/299/1/ADELSIA\\_DUARTE.pdf](http://dspace.ismt.pt/bitstream/123456789/299/1/ADELSIA_DUARTE.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ÉVORA, Iolanda. **Apresentação do livro “Mulheres em Cabo-Verde Experiências e Perspectivas” CIGEF, UNI-CV**. Praia: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 2012. Disponível em: <<https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/publicacoes/OP13.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli. Discriminação de Gênero: uma perspectiva histórica. In: Salão de Iniciação Científica, 10., 2009. **Anais...** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível <[http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias\\_Sociais\\_Aplicadas/Direito/71377-CLAUCIAPICCOLIFAGANELLO.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/71377-CLAUCIAPICCOLIFAGANELLO.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 909-927, set./dez, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n3/1806-9584-ref-24-03-00909.pdf>> Acesso em: 17 maio 2018.

FURTADO, Clementina Baptista de Jesus. **Gênero em Cabo Verde: uma análise de estudos e sua integração nos manuais escolares**. 2015. Disponível em: <[http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019776\\_30\\_06\\_2015\\_20-16-16\\_3244.PDF](http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019776_30_06_2015_20-16-16_3244.PDF)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como o sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. **África Development**, Bahia, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2016. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/90013880?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/90013880?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 7 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Equidade de gênero: desarrollo y cooperación: algunas reflexões conclusivas. In: Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 7., 2010. **Anais...** Lisboa, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2532/1/CIEA7\\_11\\_GOMES\\_Reflex%C3%B5es%20Conclusivas.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2532/1/CIEA7_11_GOMES_Reflex%C3%B5es%20Conclusivas.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GUINÉ-BISSAU. **Plano de Ação Nacional Para a Implementação da Resolução 1325 (2000)**. Guiné – Bissau: Mulher es Paz e Segurança, 2000. Disponível em: <[https://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau\\_nationalactionplan\\_2010.pdf](https://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/guineabissau_nationalactionplan_2010.pdf)>. Acesso em: 6 jul. 2018.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS (LGDH) **Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2013/2015**. 2016. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/relatorio\\_sobre\\_a\\_situacao\\_dos\\_direitos\\_humanos\\_na\\_guine-bissau\\_2013\\_2015.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/relatorio_sobre_a_situacao_dos_direitos_humanos_na_guine-bissau_2013_2015.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2018.

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. “Mães más”: um olhar sobre o abandono. **Gênero**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Niterói, v. 11, n. 2, p. 29-44, 2011. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/329/241>>. Acesso em: 9 out. 2018.

MANÉ, Djiby. Gênero e sociedade patriarcal no Senegal: uma análise da obra Riwan, de Ken Bugul. **Alpho**, Patos de Minas, v. 18, n. 1, p. 147-163, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://al pha.unipam.edu.br/documents/18125/1851451/G%C3%AAnero+e+sociedade+patriarcal+no+Senegal.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

MARTINS, Catarina. Descolonizar a Mulher Africana: Os Feminismos entre o Norte e a África. In: FERREIRA, Eduarda et al. (Orgs.). **Percursos Feministas: Desafiar os Tempos**. Lisboa: Universidade Feminista, 2015. p. 118-125. Disponível em: <<https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/catarina-martins/outras-atividades>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA UNIÃO EUROPEIA. **Relatório Final: Eleições Presidenciais e Legislativas**. União Europeia, 2014. Disponível em <[http://www.eods.eu/library/eucom-guineabissau-final-report\\_pt.pdf](http://www.eods.eu/library/eucom-guineabissau-final-report_pt.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final: Eleições Presidenciais Antecipadas**. União Europeia, 2009.

M'MENDE, Celeste Silvia Vuap. **A participação das mulheres na Assembleia Nacional Popular da República de Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada a construção do Estado Nacional- Diversidades Étnicas** (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/guine-bissau\\_da\\_luta\\_armada\\_a\\_construcao\\_d\\_o\\_estado\\_nacional\\_conexoes\\_entre\\_o\\_discurso\\_de\\_unidade\\_nacional\\_e\\_diversidade\\_etnica\\_1959-1994.pdf](https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/guine-bissau_da_luta_armada_a_construcao_d_o_estado_nacional_conexoes_entre_o_discurso_de_unidade_nacional_e_diversidade_etnica_1959-1994.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Quem beneficia com a liberação do comércio em Cabo Verde?** Uma perspectiva de gênero. Nova York/Genebra: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2011. Disponível em: <<https://www.un.cv/files/Liberalizacao%20-genero.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2018.

PIMENTEL, Silvia. **Experiências e Desafios:** Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW/ONU): relatório bienal de minha participação. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/cedaw.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

REDE DAS MULHERES PARLAMENTARES CABO-VERDE. Plano de Mulheres de ação da RMP-CV, Assembleia Nacional, 2012. Disponível em <[www.parlamento.cv/GDPIanoActividade.aspx?codIniciativasPendente=11](http://www.parlamento.cv/GDPIanoActividade.aspx?codIniciativasPendente=11)> Acesso em: 22 jun. 2018.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Recenseamento Geral da População e Habitação.** Bissau: Ministério da Educação e Integração Nacional, Instituto Nacional de Estatística, 2010. Disponível em: <[http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10/related\\_materials](http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10/related_materials)>. Acesso em: 3 mar. 2018.

ROQUE, Sílvia (Org.). **Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau.** UNWomen, UNFPA, UNDP, UNIOGBIS, 2011. Disponível em: <[https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/907\\_VAW%20study\\_completed\\_FINAL.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/907_VAW%20study_completed_FINAL.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2018.

SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau.** Monografia (Bacharelado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117299/000966648.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Sara Isabel Palma. **O papel das mulheres nos processos de (re)construção da paz:** o caso da Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) - Departamento de Economia, Escola das Ciências Sociais, Universidade de Évora, Évora, 2014. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12989/1/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20-%20Sara%20Santos.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SILVA, Élda Patrícia Semedo. **Participação Política das Mulheres em Cabo Verde**: Estudo de caso das eleições legislativas de 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Internacionais) - Departamento de História, Instituto Universitário de Lisboa, 2017. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15583/1/elida\\_semedo\\_silva\\_diss\\_mestrado.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15583/1/elida_semedo_silva_diss_mestrado.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SOUSA, Jerusa Maria Cândida Sequeira da. **Mutualidades de saúde**: um caminho para o empoderamento feminino: o caso das associações de mulheres na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10276/1/DM-JMCSC-2011.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.

SOUZA, Bruno Barbosa; MEGHLIORATTI, Fernanda Aparecida. Uma reflexão a respeito dos conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e identidade afetivo sexual. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual (SIES), 5., 2017. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3178.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.